



Número: 0600095-92.2024.6.19.0198

Classe: REPRESENTAÇÃO  
Órgão julgador: 198ª ZONA ELEITORAL DE RESENDE RJ  
Última distribuição : 27/06/2024  
Valor da causa: R\$ 0,00  
Assuntos: Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Imprensa Escrita - Jornal/Revista/Tabloide  
Segredo de Justiça? NÃO  
Justiça gratuita? NÃO  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes	Advogados
COMISSAO PROVISORIA PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT (REPRESENTANTE)	
	PEDRO HENRIQUE DE ASSIS DINIZ (ADVOGADO)
Irineu Nogueira (REPRESENTADO)	

Outros participantes	
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
122474864	27/06/2024 16:36	<u>Decisão</u>	Decisão



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**198ª ZONA ELEITORAL DE RESENDE RJ**

**REPRESENTAÇÃO (11541) Nº 0600095-92.2024.6.19.0198 / 198ª ZONA ELEITORAL DE RESENDE RJ**  
**REPRESENTANTE: COMISSAO PROVISORIA PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT**  
**Advogado do(a) REPRESENTANTE: PEDRO HENRIQUE DE ASSIS DINIZ - RJ220659**  
**REPRESENTADO: IRINEU NOGUEIRA**

**DECISÃO**

Cuida-se de representação ajuizada pelo **Partido Democrático Trabalhista de Itatiaia – PDT** em face de **IRINEU NOGUEIRA**, por meio da qual pretende o requerente, *initio litis*, a concessão de medida liminar para que o representado se abstenha de realizar despesas, promoção e distribuição de materiais que configurem publicidade institucional, inclusive revistas e propagandas televisivas, que superem seis vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados com publicidade nos últimos três anos que antecedem o pleito eleitoral do corrente.

Alega, como causa de pedir, que o Representado é pré-candidato ao cargo de Prefeito do Município de Itatiaia nas eleições de 2024, visando reeleger-se ao cargo que já ocupa, como Chefe do Poder Executivo daquela municipalidade.

Afirma que o Município de Itatiaia não realizou nenhum gasto com publicidade nos últimos três anos que antecedem o pleito do corrente ano e, não obstante, às vésperas do pleito eleitoral municipal, vem empenhando e concretizando despesas com publicidade no ano de 2024, em conduta legalmente vedada e apta a afetar a igualdade de oportunidade entre os candidatos.

Instruem a exordial os documentos dos indexadores 122473745/ 122473756.



DECIDO.

De início, importante ressaltar que a atuação da Justiça Eleitoral deve pautar-se consoante o princípio da intervenção mínima, de forma a garantir a menor interferência possível no debate democrático, observando, para tanto, as balizas consagradas na ordem positiva em vigor, conforme orientação jurisprudencial consagrada nos Tribunais Superiores, *mutatis mutandis*:

*“ELEIÇÕES 2012. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. INTERNET. FACEBOOK. CONTA PESSOAL. LIBERDADE. MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. PROVIMENTO. 1. A utilização dos meios de divulgação de informação disponíveis na internet é passível de ser analisada pela Justiça Eleitoral para efeito da apuração de irregularidades eleitorais, seja por intermédio dos sítios de relacionamento interligados em que o conteúdo é multiplicado automaticamente em diversas páginas pessoais, seja por meio dos sítios tradicionais de divulgação de informações. 2. A atuação da Justiça Eleitoral deve ser realizada com a menor interferência possível no debate democrático. (...).” (REspe nº 2949/RJ, Rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJe de 25.8.2014) (Grifos não originais)*

Fixadas essas premissas, passo a analisar o pedido liminar pleiteado.

Dispõe o artigo 300, CPC, que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

No caso em tela, ao exame dos autos em exercício de cognição sumária, entendo presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida pleiteada.

Com efeito, dispõe o artigo 73, VII da Lei 9504/97, *in verbis*:

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 14.356, de 2022)”

No caso dos autos, os documentos que instruem a exordial, especialmente aqueles constantes dos indexadores 122473751/122473755 evidenciam que o Representado, na condição de gestor e chefe do Poder Executivo do Município de Itatiaia, empenhou despesas com publicidade no primeiro semestre do corrente ano de 2024, em período imediatamente anterior ao pleito eleitoral.



Muito embora não haja nos autos comprovação de que tais gastos excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos três últimos anos que antecedem as eleições, entendo que a concessão da medida liminar se impõe para obrigar o Representado a se abster de promover ações de publicidade cujos valores excedam ao limite de gastos previsto na legislação acima mencionada.

Neste sentido a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, *in expressis*:

“AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2020. PREFEITO. AIJE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. CONDUTA VEDADA. ARTS. 73, VII, DA LEI 9.504/97 E 1º, § 3º, VII, DA EC 107/2020. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. MÉDIA DE GASTOS. ANOS ANTERIORES. EXCESSO. GRAVIDADE. CONFIGURAÇÃO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.1. No decisum monocrático, manteve-se a condenação do agravante, terceiro colocado no pleito majoritário de Macau/RN em 2020, às sanções de multa de 10.000 UFIRs e de inelegibilidade pela prática da conduta vedada a agentes públicos descrita no art. 73, VII, da Lei 9.504/97 e de abuso de poder político (art. 22 da LC 64/90).2. O abuso de poder político se configura quando a normalidade e a legitimidade do pleito são comprometidas por atos de agentes públicos que, valendo-se de sua condição funcional, beneficiam candidaturas em manifesto desvio de finalidade. Precedentes.3. De acordo com o art. 1º, § 3º, VII, da EC 107/2020, que estabeleceu regras específicas para o pleito de 2020 devido à pandemia de Covid-19, “em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral”.4. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, nem toda publicidade dos órgãos públicos deve ser considerada para efeito da análise da conduta vedada do art. 73, VII, da Lei 9.504/97, excluindo-se do alcance da norma as divulgações de atos oficiais, como as destinadas à imprensa pública, editais, contratos e demais práticas de praxe ao funcionamento ordinário da Administração Pública.5. Esta Corte Superior já assentou que a propaganda de eventos festivos tradicionais, patrocinada pelo ente público, configura publicidade institucional, incluindo-se, pois, no limite de gastos para fins da conduta vedada prevista no art. 73, VII, da Lei das Eleições.6. No caso, o TRE/RN, com base em informações fornecidas pelo Tribunal de Contas e pela prefeitura, concluiu que “o Município de Macau liquidou de janeiro a 15 de agosto de 2020 a importância de R\$ 176.579,74, [...] valor muito superior aos anos de 2017, 2018 e 2019, que foi de R\$ 4.361,66”. A título ilustrativo, a Corte a quo descreveu que “basta observar a liquidação da despesa municipal com publicidade voltada à divulgação e à cobertura do carnaval de Macau de 2020 - todas liquidadas entre 01/01/2020 e 15/08/2020 [...] no total de R\$ 42.967,00, já demonstra a extrapolação da média dos anos anteriores”.7. Ao contrário do que se alega, o Tribunal de origem considerou no cálculo apenas as despesas entre 1º/1 e 15/8/2020 e, de outra parte, os gastos relativos aos dois primeiros quadrimestres dos três anos anteriores, excluindo as quantias correspondentes à publicidade oficial obrigatória e restos a pagar, assim como os dispêndios com propaganda voltada ao enfrentamento da Covid-19, em perfeita harmonia com a legislação. Ao apontar a média aritmética considerando todos os meses de 2017, 2018 e 2019, o objetivo foi tão-somente demonstrar a desproporcionalidade do aumento de despesa pública com propaganda institucional no ano do pleito, sem prejuízo ao agravante.8. A análise da tese de que o montante considerado no cálculo não coincide com aquele constante da documentação acostada aos autos demandaria reexame fático-probatório, inviável em sede extraordinária, nos termos da Súmula 24/TSE.9. A conduta foi grave o suficiente para afetar a normalidade do pleito e causar desequilíbrio na disputa (art. 22, XVI, da LC 64/90), haja vista o quão exorbitante foi o incremento de dispêndio de recursos públicos com publicidade institucional no ano em que o gestor foi candidato a se reeleger ao cargo majoritário do município, sendo irrelevante a classificação por ele obtida na disputa eleitoral.10. Agravo interno a que se nega provimento.” (Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº060033090, Acórdão, Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 06/10/2023.)

E ainda:



“ELEIÇÕES 2020. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. PREFEITO. VICE-PREFEITO. CONDUTA VEDADA. TETO DE GASTOS. PUBLICIDADE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS. ANO ELEITORAL. ART. 73, VII, DA LEI Nº 9.504/97. ART. 1º, § 3º, VII, DA EC Nº 107/2020. ALCANCE DA NORMA. EXCLUSÃO. DESPESAS. PUBLICAÇÃO. IMPRENSA OFICIAL. DESPROVIMENTO.1. É corolário lógico da vedação à veiculação de publicidade institucional obstar que "a propagação de fatos positivos relativos ao Governo do Estado seja levada a efeito. Do contrário, abrir-se-ia um inaceitável flanco para burlas, permitindo-se que a imagem pública de gestores lançados à reeleição fosse impunemente polida e impulsionada, mediante a intervenção de correligionários ocupantes de cargos em outras esferas da Federação" (RO-EI nº 1768-80/AP, Rel. Min. Edson Fachin, DJe de 7.4.2021).2. Sob a perspectiva da reserva legal proporcional, devem ser entendidas como despesas com publicidade dos órgãos públicos, na forma do art. 73, VII, da Lei nº 9.504/97, as verbas destinadas ao anúncio de programas, bens, serviços, campanhas e obras públicas, excluído do alcance da norma o montante despendido com publicações na imprensa oficial para divulgação de editais, contratos públicos e demais atos de praxe ao funcionamento ordinário da Administração Pública, os quais não estão sujeitos a vedação durante o período eleitoral (art. 73, VI, b, da Lei das Eleições), por não se enquadrarem no conceito de atos de caráter publicitário.3. Recurso especial desprovido.” (Recurso Especial Eleitoral nº060037066, Acórdão, Min. Carlos Horbach, Publicação: DJE - Diário de Justiça Eletrônico, 04/11/2022.)

Presentes, pois, neste juízo de cognição sumária, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, merece o pleito liminar ser deferido.

Firme nessas razões, **CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA** para determinar ao Representado que se abstenha de realizar despesas, promoção e distribuição de materiais que configurem publicidade institucional, inclusive revistas e propagandas televisivas, que superem 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados com publicidade nos três últimos anos que antecedem o pleito eleitoral, sob pena de multa pessoal de R\$10.000,00 (dez mil reais) por publicidade veiculada em desacordo com a presente decisão, devendo, ainda, comprovar, no prazo para apresentação de resposta, que os gastos mencionados à exordial estão dentro da média prevista e autorizada legalmente.

Cite-se e intime-se o representado, observando-se o prazo de 48h para apresentação de resposta, nos termos do artigo 96, §5º da Lei 9504/97.

Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Resende/Itatiaia, data da assinatura eletrônica.

CAMILA NOVAES LOPES

Juíza Eleitoral





Este documento foi gerado pelo usuário 153.\*\*\*-42 em 27/06/2024 17:05:47

Número do documento: 24062716364428700000115398135

<https://pje1g-rj.tse.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24062716364428700000115398135>

Assinado eletronicamente por: CAMILA NOVAES LOPES - 27/06/2024 16:36:44